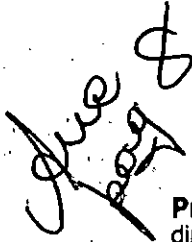


3 MAI 1987



"Como acabo de dizer perante o ministério, embora considerando que a duração do atual mandato, e a data a ser marcada para a eleição do sucessor do atual presidente, seja uma atribuição da Assembléia Nacional Constituinte, que iremos convocar, desde logo manifesto o meu ponto de vista de que o mandato deve ser de quatro anos."

Presidente José Sarney, no dia 7 de maio de 1985, ao assinar mensagem restabelecendo eleições diretas para presidente da República, sob os aplausos do general Rubens Bayma Denys (D), do senador José Fragelli, do deputado Ulysses Guimarães e do ministro Fernando Lyra.

PMDB discute idéia que Sarney largou

Nem havia necessidade do atestado de fim de governo exibido pelo atropelo da reforma do ministério para que voltasse às ruas nova campanha de eleições diretas para presidente da República. Bastava simples exercício de memória para buscar em declarações do próprio presidente Sarney uma alternativa que seria natural se não fosse preciso cobrar-lhe coerência: eleições diretas em 1988, como ele defendeu há dois anos, na solenidade em que resgatou o primeiro dos compromissos que assinou juntamente com Tancredo Neves, Aureliano Chaves e Marco Maciel, certidão de nascimento da Aliança Democrática e da Nova República.

No momento em que antecipou o desejo de não governar os seis anos que a Constituição do regime militar lhe concede, Sarney ainda estava assustado com a peça que o destino lhe pregará 52 dias antes, ao ser chamado de madrugada para assumir a presidência com a doença de Tancredo.

Mais ainda, estava abalado com a morte de Tancredo, ocorrida 16 dias atrás, no 21 de abril. Por isso, conferiu caráter solene à assinatura da convocação das eleições diretas e aproveitou para declarar que o tempo de mandato preferido era o que havia sido combinado pelos líderes da Aliança Democrática.

Agora, o presidente vive sob o susto de ver crescer ao seu redor a saída que abandonou no curso desses dois anos. Na próxima quarta-feira, a executiva nacional do PMDB examinará proposta do senador José Fogaça (RS) para que uma convenção do partido decida sobre a data da eleição — se em 21 de abril ou em 15 de novembro de 1988.

Se a proposta for aceita, o PMDB elaborará um projeto de resolução para ser encaminhado à subcomissão do Poder Executivo da Constituinte, na qual será discutido até o final do mês. A Comissão de Organização dos Poderes tem prazo

até 15 de junho para encaminhar o assunto à Comissão de Sistematização, encarregada de preparar o projeto final da nova Constituição. Isso significa que, se Sarney não convocar logo eleições diretas, até 15 de junho a Constituinte poderá definir a extensão de seu mandato e a data da eleição de seu sucessor.

Existe outra hipótese de definição da eleição direta. Mesmo que a Constituinte não se pronuncie nas subcomissões e comissões, qualquer partido poderá levantar o assunto no plenário, obrigando a Comissão de Sistematização a analisar e decidir se inclui a sugestão em sua proposta final. Outras duas discussões, naturalmente, caminharão juntas com essa: a da forma de governo que o país adotará — presidencialismo ou parlamentarismo; e a das regras da organização dos partidos e da disputa eleitoral.